

**MOVIMENTO SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA NO CONTEXTO
DO IMPACTO DAS MUDANÇAS NEOLIBERAIS**

Francisca Eleodora Santos Severino*

Este trabalho é resultante de duas pesquisas realizadas no âmbito do programa de Pós-Graduação em Educação da UNISANTOS. A primeira, que está em fase de conclusão, teve por tema *A preparação técnica a formação ético política na educação informal dos trabalhadores do Porto de Santo (2004-2006)*. O objeto desta investigação é constituído pelas práticas pedagógicas da educação, circunscritas pelo processo de modernização portuária introduzido pela Lei 8.630. Foram discutidos os efeitos deletérios da reestruturação produtiva sobre a educação do jovem, futuro trabalhador. A segunda pesquisa, ainda em andamento, tem por tema *O Trabalho e a educação no Porto: impactos sócio-culturais* e por objeto de estudo os impactos culturais das transformações ocorridas na região retro-portuária, analisando a educação nesse contexto.

A metodologia foi a da pesquisa qualitativa “necessária para repormos a inter-relação dinâmica entre teoria e prática.” DEMO (2004, p.104). Procedeu-se ao mapeamento de escolas de nível médio de 8 bairros de regiões retro portuárias. Foram realizadas entrevistas abertas com atores sociais, estudantes, pais, professores, sindicalistas e membros de Organizações não Governamentais. Para registro de dados inter-relacionais foi primordial a observação etnográfica adequada à educação, na esteira de trabalhos como os de GATTI (2002) e ANDRÉ (2005).

Os resultados mostram que os efeitos perniciosos da tecnologia sobre o nível de emprego foram compensados pela forte expansão da atividade portuária. Todavia os ganhos de produtividade não foram revertidos em benefício da cidade, bem como não foram apropriados pelos trabalhadores. Estes tiveram significativas perdas salariais no período que se inicia com a implementação da Lei 8630/93, período que vai de 1996 até

* Doutora em Ciências da Comunicação USP, Mestre em Ciências Sociais PUC-SP e professora da UNISANTOS.

os dias atuais. Assim, o Porto de Santos é um caso exemplar que permite uma melhor compreensão das transformações recentes nas relações entre educação e trabalho, promovidas por uma regulação econômica centrada sob a égide do livre-mercado.

O trabalho destaca a educação que se produz no interior de processos e movimentos de uma sociedade em mudança. Os aportes teóricos que fundamentam a reflexão privilegiaram a discussão sobre formação humana na sua interface com as relações de Trabalho e Educação. FRIGOTTO (2000; 2001; 2006), CIAVATTA (2001), LOMBARDI e GOERGEN (2005) justificam a concepção de que o trabalho pode ser compreendido como princípio educativo. A questão das políticas públicas de trabalho e educação contou com a contribuição de Márcio POCHMANN (2006) LOMBARDI, BUFFA E SANFELICE (2006). Discute-se no projeto que ora se desenvolve, como os atores sociais (pais, alunos, professores, sindicalistas, ONGS) respondem ao desemprego estrutural com a modalidade de emprego informal. Ao mesmo tempo, busca-se compreender, com apoio em bibliografia especializada, (GOHN, 2001) e (POCHMAN 2004), de que modo os envolvidos com a educação não-formal re-atualizam o movimento social. No momento, as pesquisas de orientandos ligados ao projeto em andamento buscam estudar os caminhos da inclusão escolar, ética, valores na escola e memória cultural.

Cotejando os conceitos e categorias de análise aos aportes teóricos, acima relacionados, com os dados obtidos pelas pesquisas, conclui-se que não havia um diálogo qualificado capaz de configurar-se em política pública para fazer frente ao problema específico da formação profissional, uma vez que, como afirma OLIVEIRA (2005, p. 8) citando Tedesco (1991), “podemos dizer que o retorno social colocado para os investimentos em educação dizem respeito, quase que especificamente, ao quanto pode o sistema educativo contribuir para que as economias não apresentem sinais de atraso e de falta de competitividade econômica”. Próximos do ideário neoliberal, governantes e segmentos de administradores escolares, tendem a adequar os seus sistemas educacionais aos interesses do capital. Assim, buscam implementar as reformas educacionais no sistema de ensino de tal forma que eles passem a apresentar maior padrão de eficiência, na convicção de que o desempenho escolar é o responsável pelo desenvolvimento da economia, ao preparar adequadamente a mão-de-obra especializada. Essas reformas impactam o sistema escolar da cidade, buscam uma maior relação de proximidade da escola com a administração portuária, na demanda de

adequação curricular para o preparo de mão-de-obra que atenda ao perfil da flexibilização e da multifuncionalidade.

Os efeitos pedagógicos implícitos nos novos movimentos sociais, re-conceituados no embate do processo de privatização que trouxe mudanças profundas não apenas nas relações de trabalho, mas também nas práticas culturais da cidade de Santos, não denotam sinais de consciência política, antes revelam uma produção cultural multifacetada com maior incidência entre as relações familiares. Tem-se observado que a principal mudança diz respeito à busca de formação para o trabalho, agora mediado pelas instituições escolares. As famílias de portuários, antes imbuídas de um saber fazer específico que lhes dava orgulho e os identificava com um segmento da classe de trabalhadores bastante politizados, hoje orientam seus filhos para a busca de formação tecnológica ou universitária. No entanto, quando se ampliam as discussões entre os remanescentes dos antigos portuários, fica claro o não desaparecimento desse valor cultural atribuído à especificidade do saber da cultura do trabalho portuário. Ainda há aqueles que se orgulham da propriedade desse saber e da forma específica de sua transmissão, que para esses trabalhadores representa forma peculiar de controle e de hegemonia no âmbito das relações de trabalho. O que houve entre as novas gerações é de fato efeito deletério do desemprego estrutural neoliberal que os obriga a buscar formação valorizada pelo mercado de trabalho, a saber, flexibilização e multifuncionalidade.

Educação e trabalho

De modo geral, as grandes mudanças estruturais, nas últimas três décadas, trouxeram para a agenda empresarial a educação como um grande negócio a ser explorado planetariamente. A súbita descoberta da educação está intimamente ligada aos fatos sociais. De acordo com FRIGOTTO (2000), os novos conceitos utilizados pelos administradores e homens de negócios, globalização, integração, flexibilização, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e defesa da educação geral, formação polivalente e valorização do trabalhador, são de fato uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista para uma nova ordem mundial. Cresce então a demanda por escolas provedoras de modalidades de educação que responda, de um lado, pela intelectualização da mão-de-obra e do processo produtivo (ensino e pesquisa) e, de outro, uma educação dirigida à inserção do jovem no trabalho

avulso/flexível, buscando preparar um trabalhador com perfil multifuncional. (FRIGOTTO, 2000). Nesse novo modelo, a educação deixa de ser universalizada para seguir o princípio da equidade, “segundo o qual dá-se a cada um conforme a sua diferença, para que permaneça desigual” (KUENZER, 1999, p.177). Reafirma-se a crença na incapacidade de uma parcela da sociedade, chamada “minoritária”, para exercício de elaboração intelectual complexa, através do raciocínio lógico-formal do uso e domínio de códigos e linguagens. Para FRIGOTTO (2000), os homens de negócios blefam quando defendem uma educação mais ampla e com qualidade a todos os seguimentos sociais. Todavia, como podem realizar essa educação quando existe um embate entre a qualificação para o trabalho e a satisfação das necessidades e interesses das classes trabalhadoras? De algum modo, os empresários necessitam desse tipo de educação como forma de se adequarem às novas configurações do sistema de produção. De fato, trata-se de um ajuste neoliberal que vai tentar minimizar os efeitos deletérios e atribuir uma feição mais humanizada à teoria do capital humano.

Os novos conceitos, naquilo que se referem ao processo produtivo, organização e qualificação para o trabalho, surgem no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e competitividade. É preciso considerar o papel das classes trabalhadoras nesse processo, embora pareçam estar encolhidas. Retomando Nosella, Frigotto rememora a frase de Gramsci no esclarecimento de que frente à crise, ‘o velho não morreu e o novo não pode nascer’. Não nasceu, mas está em gestação, uma vez que as mudanças ocorridas na sociedade capitalista estão, de fato, relacionadas às mudanças no seu aspecto estrutural, vale dizer que também é fruto das conquistas da classe trabalhadora, com o desenvolvimento na esfera pública, pela luta contra o neo-conservadorismo que busca circunscrever o desenvolvimento ao domínio privado do capital.

Esse novo processo de trabalho é fundamentado numa maior base técnica, maior conhecimento e menos força. A educação para a qualificação humana, com referência à reprodução do capital, está relacionada às múltiplas necessidades humanas na produção histórica, no progresso técnico, na satisfação da liberdade, no lucro privado, na exclusão social. Assim, a disputa do controle hegemônico do progresso técnico, do avanço do conhecimento e da qualificação saem da esfera privada para a esfera pública.

Pode-se situar aqui a discussão conduzida por Frigotto e Ciavatta sobre o ensino profissionalizante, no Brasil. Vale retomar uma passagem desse debate.

No início de 2003, a aposta em mudanças substantivas nos rumos do país com a eleição do Presidente Lula e com a perspectiva de um governo democrático popular, levou-nos a sugerir alguns nomes para as Diretorias do Ensino Médio e de Educação Profissional da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC), bem como a assessorar a realização dos Seminários Nacionais “Ensino Médio: Construção Política” e “Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas”, realizados, respectivamente, em maio de junho de 2003. Esse processo manteve-se polêmico, em todos os encontros, debates e audiências realizados com representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos governamentais.

Todas as contribuições recolhidas nesses momentos levaram a um progressivo amadurecimento do tema que não tomou forma em uma via de mão única, ao contrário, manteve as contradições e disputas teóricas e políticas sinalizadas desde o início do processo, culminando no Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004¹.

Conforme demonstra o documento analítico sobre as posições manifestadas sobre a revogação do Decreto n. 5154/2004², três posições se evidenciaram nesse debate. Uma primeira posição expressa em três documentos defendia a idéia ou tese de que cabe apenas revogar o Decreto n. 2.208/97 e pautar a elaboração da política de Ensino Médio e Educação Profissional, de uma parte pelo fato de a LDB em vigor (Lei n. 9.394/96) contemplar as mudanças que estão sendo propostas e, de outra, por se entender que tentar efetivar mudanças por decreto significa dar continuidade ao método impositivo do governo anterior. Uma segunda posição é expressa, mais diretamente, por um documento que se posiciona pela manutenção do atual Decreto n. 2.208/97 e outros documentos que indiretamente desejariam que as alterações fossem mínimas. Por fim, uma terceira posição, que consta de um

¹ A amplitude desse processo é demonstrada pelo documento “Síntese do Processo de Discussão com a Sociedade sobre a Política de articulação entre Educação Profissional e Tecnológica e Ensino Médio, visando à elaboração de minuta de decreto que regulamenta os artigos 35 e 36 e 39 a 41 da LDB e revoga o Decreto n.º 2.208/97” [Brasil, 2004], que relaciona as reuniões e audiências públicas realizadas entre os meses de maio de 2003 a janeiro de 2004, no total de 26. Este documento ficou disponível na *home page* do MEC e foi enviado para instituições e organizações governamentais e da sociedade civil, além de ter sido distribuído aos membros do GT TE-ANPEd.

² Trata-se do documento elaborado pelos professores Maria Ciavatta e Gaudêncio Frigotto, discutido e revisto pela equipe da Diretoria de Ensino seminário sobre educação profissional foi elaborado, preliminarmente, pela Profa. Maria Ciavatta e foi discutido e revisto pela equipe da SEMTEC/MEC (Brasil, 2003 a). Esse documento consta também de Brasil, Médio da SEMTEC (Frigotto e Ciavatta, 2004b)

número mais significativo de documentos, direta ou indiretamente partilha da idéia da revogação do Decreto n. 2.208/97 e da promulgação de um novo Decreto. Estes documentos, de abrangência e conteúdo diversos, como já apontamos, ofereceram suas sugestões de supressão, melhoria e acréscimos para novo Decreto.

Dos três posicionamentos acima, o primeiro e o segundo polarizam pontos de vistas e interesses opostos e, como tal, encontram filiação em diversas entidades. Trata-se de pontos de vistas que se defrontaram sobre o tema ao longo do processo da constituinte e da definição da nova LDB, tendo sido definidos no Decreto n. 2.208/97 e outros instrumentos legais, de forma vertical e imperativa, pelas concepções e interesses daqueles que defendem a manutenção do referido Decreto. O terceiro posicionamento possivelmente deriva-se da compreensão, construída pelo processo de discussão, de que a simples revogação do Decreto n. 2.208/97 não garantiria a implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica. Nesta avaliação, não há divergência de princípios e de concepções com a primeira posição, mas de avaliação política da forma de encaminhamento. Neste sentido, os documentos produzidos pela primeira posição acima referida foram fundamentais no processo tanto de implementação do novo decreto quanto para, em médio prazo, a construção de um instrumento legal mais adequado. Sabe-se que, mudar por um decreto, ainda que diverso na concepção, no conteúdo, e no método, mantém, na forma, uma contradição. Por isto, no plano político da correlação de interesses é preciso avançar. Disto se deriva a importância de se compreender o conteúdo do novo decreto como uma orientação muito mais indicativa do que imperativa. (Frigotto e Ciavatta, 2004b)

Um olhar mais próximo.

A cidade de Santos, que vivencia grandes transformações com a modernização de seu Porto, demanda esforços para adequar-se as novas relações. No bojo deste processo ocorre a substituição do trabalho humano pela tecnologia robótica e sistema informático. A mudança implementada no complexo portuário com a Lei 8630/93 ratificou a introdução de novos agentes, fortalecendo com a presença dos Operadores Portuários a atuação do capital privado.

Ao mesmo tempo, a informatização intensificou o afastamento da cidade e seu porto com o fechamento de postos de trabalho e redução de horas trabalhadas, (no caso da mão-de-obra avulsa). No passado, o impacto do desenvolvimento era minimizado com o emprego da mão-de-obra local nas atividades portuárias e, conseqüentemente, com o encadeamento de novas atividades financeiras aplicadas na cidade e com o florescimento de uma peculiar cultura local. Hoje, a cidade assume custos com a aplicação de capital fixo em infra-estrutura, degradação de suas ruas com excesso de tráfego pesado e poluição intensa.

A crise decorrente desse processo, ao mesmo tempo que atualiza o debate sobre as formas de inserção do Brasil no fluxo do comércio mundial, reaviva a memória da relação que os habitantes da cidade portuária têm com o mar. A cultura então é apresentada como prática social articulada às estruturas emocionais e de sentimento da sociedade. Nessa perspectiva, compreende-se que a cultura na cidade portuária é todo modo de vida e está em toda parte. Questiona-se, portanto, que cultura a escola trabalha em seu interior e de que maneira supera a compreensão de cultura como cultura erudita, levando-se em conta a educação informal que se produz nos interstícios da vida portuária. Coloca-se para os educadores a possibilidade de que os processos de educação informal estejam mobilizando os seus sujeitos em direção a uma sociedade mais centrada em torno de suas dificuldades, limitações e condições concretas de transformação, isto é, explicitando uma visão crítica sobre sua própria forma de sentir o mundo e de produzir conhecimento. No entanto, de outro lado, as instituições de ensino e pesquisa são instigadas a oferecer cursos de requalificação para atender as demandas de formação profissional polivalente, postas pelos setores empresariais. Esta requalificação incide igualmente sobre os processos emocionais dos trabalhadores, reorientando sua subjetividade no sentido da construção de uma nova identidade adequada à rotatividade do trabalho polivalente numa economia flexibilizada. Em função deste cenário, duas questões se impõem aos educadores: Como se apresenta a relação educação e trabalho na cidade portuária? O que unifica educação e movimento social? O afastamento do porto em relação à cidade provoca acentuado nível de desemprego, particularmente entre os jovens, e tem como conseqüência a desqualificação das relações grupais e familiares. Os jovens não mais valorizam aquelas formas de aprendizado profissional que se faziam entre pais e filhos, especialmente aquelas referentes ao trabalho na estiva. Altera-se significativamente a situação do jovem que, sem perspectiva, afasta-se das tendências potencialmente positivas da sociedade do conhecimento e de uma educação humanista.

Cresce a demanda por cursos profissionalizantes voltados para a re-qualificação e multifuncionalidade técnica.

Educação e movimento social

A busca da correspondência entre o regime de acumulação e o modo de regulação da vida social e política muda radicalmente o cenário da cidade e suas práticas de sociabilidade. Aparecem em cena novas modalidades de movimento social. As demandas dos movimentos sociais na cidade portuária se alteram. Eles redefinem-se a partir das mudanças na esfera do trabalho portuário. Passam das ações reivindicatórias para ações propositivas. Mediante ações coletivas, constroem e demarcam interesses de identidades, subjetividades e projetos políticos, mas, por outro lado, os movimentos sociais dos portuários tornam-se vítimas das políticas neoliberais que buscaram esvaziar e enfraquecer seu caráter pedagógico e seus setores organizados (sindicatos e associações etc.) ocorreram mudanças profundas na dinâmica interna dos movimentos de base popular que deixaram de lado vários elementos de caráter sócio-político, abandonando as manifestações contestatórias. Incorporaram, por sua vez, novos elementos que lhes possibilitaram ações mais propositivas e promoveram interações com as ONGs, compartilhando com elas a atuação nas políticas públicas.

De uma forma ou de outra, participam do processo de construção ou alteração da esfera pública. Destacam-se no papel de coadjuvantes para alavancar mudanças na sociedade civil em termos de novos direitos sociais; promovem mobilização e organização popular em torno de estruturas político-administrativas da cidade (orçamento participativo e conselhos gestores),

[...] movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área de saúde, educação, lazer, esporte e outros serviços públicos degradados, nos últimos anos, pelas políticas neo-liberais). [...] Movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e de deficiências físicas. (GOHN, 2003, p. 31)

Cidadania é o elemento da relação educação e movimento social. Como elemento unificador, esse conceito aparece no momento de grandes transformações sociais.

Adquire conotação política, de efeito pedagógico. Esses movimentos são extensão das práticas educativas postas pelos programas de educação popular.

Trata-se de processo de educação informal que ocorre fora das instituições escolares. É a aprendizagem gerada pelo exercício da descoberta das diferenças existentes na realidade social, a partir das hierarquizações existentes no tratamento que os diferentes atores sociais recebem de suas demandas.

Este saber popular politizado condensa-se em práticas políticas participativas, ampliando as formas de pertencimento e apropriação do campo de construção das redes de relações da vida social. Daí decorre a necessidade de que os currículos escolares incorporem, em sua trama concreta, esses processos próprios da vida social, como parece implícito na proposta da transversalidade, constante da nova LDB.

No entanto, essa aprendizagem não cabe em espaços fechados das instituições escolares, é uma pedagogia que pressupõe movimento e múltiplas relações, entre as quais se encontram as relações grupais, familiares e de sociabilidade funcional. De fato, são relações de difícil compreensão, em particular para aqueles que lidam com as normas curriculares da educação escolar. Cabe então discutir os métodos e técnicas fora do âmbito de sistemas fechados de caráter positivista. Propõe-se então a discussão de Gomes (2000) sobre a investigação educativa. Ele levanta a possibilidade de uma flexibilidade curricular que permita transpor o vazio entre a teoria e a prática. No caso estudado, o modelo metodológico proposto por ele é bastante pertinente para superar as limitações contraditórias da proposta educacional neoliberal. Para Gomes (2000), as características dos fenômenos educativos ultrapassam as rígidas limitações das exigências positivistas das Ciências Naturais. Duas características diferenciam os fenômenos educativos dos fenômenos naturais. A primeira é o caráter radicalmente inacabado, dimensão criativa, auto-formadora e aberta à mudança intencional. A segunda é a dimensão semiótica dos fenômenos. Nesse caso, trata-se da relação polissêmica entre o significante observável e o significado latente do fenômeno social ou educativo. A relação entre o modelo metodológico e o modo de conceituar o objeto de estudo deve assumir postura dialética. Os procedimentos de estudos e investigação devem ser de tal natureza que possam indagar sobre a produção e a troca de significados, sejam quais forem os veículos de transmissão e intercâmbio em sala de aula ou mesmo fora dela, como é o caso da educação para o trabalho em cidades portuárias.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, Marli D. A. de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro, 2005 (Série Pesquisa, 13).

BUFFA, Ester. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, José C.; JACOMELI, Mara R. M.; SILVA, Tânia M. T. da. *O público e o privado na história da educação brasileira; concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados/Unisal, 2005. p. 41-58.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria.(orgs.) *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2 ed. Petrópolis: Vozes 2001. p. 130-155

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria.(orgs.) *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

FRIGOTTO, Gaudêncio (coords). *Caminhos para a redefinição da política pública para a educação tecnológica e o sistema nacional de formação profissional continuada – Proposições*. Niterói, 17 de dezembro de 2002, mimeo.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). *Ensino Médio. Ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004a.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. *Ensino médio integrado em sua relação com a educação profissional: explicitando discordâncias, aproximações e sugestões*. Rio de Janeiro, 09 de março de 2004b, mimeo.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho/educação. In: LOMBARDI, José C. SAVIANI, Dermeval e SANFELICE, José Luis. (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 61-74.

GATTI, Bernadete. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação, 1).

GOHN, M. da Glória, *Movimentos sociais e educação*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003-a.. (Coleção Questões da Nossa Época, 5).

GOHN, M. da Glória. (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003-b.

GOHN, M. da Glória.. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2003-c. (Coleção Questões da Nossa Época, 84).

GOHN, M. da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, 123).

GÓMEZ PÉREZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino na escola: modelos metodológicos*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KUENZER, Acácia. *Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção Questões da Nossa Época, 63).

KUENZER, Acácia. A construção da identidade do professor sobrando. *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, Ano XX, n. 68. dez 1999.

LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados/Histdbr, 2002.

LOMBARDI, José C.; JACOMELI, Mara R. M.; SILVA, Tânia M. T. da. *O público e o privado na história da educação brasileira; concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados/Unisal, 2005.

LOMBARDI, José C.; GOERGEN, Pedro (orgs.) *Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas: Autores Associados/Histdbr. 2005.

OLIVEIRA, Ramon. A (des)qualificação da educação profissional brasileira. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questões da Nossa Época, 101).

POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES ano XXV, n. 87. p. 383-400. maio/ago 2004.

POCHMANN, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, M. Ozanira; YAZEK, M. C. (orgs). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23-40.

SANFELICE, José L. A problemática do público e do privado na história da educação do Brasil. In: LOMBARDI, José C.; JACOMELI, Mara R. M.; SILVA, Tânia M. T. da. *O público e o privado na história da educação brasileira; concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados/Unisal 2005. p. 177-185.

SEVERINO, Francisca E.S. *Trabalho e educação: educação informal e seus impactos no trabalho no Porto de Santos*. Aveiro: Congresso Internacional Trabalho e Educação, 2004. (Trabalho apresentado).

SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe. *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio: DP&A, 1999.